

# Os lusoafrikanos e etnorurais disputam o poder na Guiné-Bissau\*

*Manuel Jauará*<sup>1</sup>

**Resumo:** Neste trabalho procuraremos mostrar como a complexidade da composição étnica e a falta da devida atenção a esta complexidade transformou-se numa das causas centrais da dificuldade do processo da construção da nação e da instabilidade política freqüente da Guiné-Bissau. Este fenômeno persiste e perpassa o período colonial (até 1974), pós-colonial, período do partido único, PAIGC – Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (1974 1994) e ainda no período do pluralismo partidário. Depois das eleições pluripartidárias no leste europeu e do vento das mudanças ter atingido o continente africano, o partido no poder aprovou um novo diploma legislativo que instituiu o pluripartidarismo no país desde 1991 e marcou as primeiras eleições gerais pluripartidárias para 1994. A relação entre a elite luso-africana (crioula) e as etnorurais (etnias rurais) tem sido complexa e de difícil apreensão. Centraremos a nossa atenção na análise e descrição das principais tensões políticas surgidas entre as elites luso-africanas e as lideranças etnorurais, aqui entendidas como o enfrentamento da elite crioula, urbanizada e letrada, com a liderança espiritual e política tradicional das etnias que ainda vivem nas tabancas (aldeias).

**Palavras-chave:** disputa de poder, conflito, tensão política, etnias rurais, elite crioula (luso-africanos), unipartidarismo, pluripartidarismo, Guiné-Bissau.

## INTRODUÇÃO

Nesta comunicação procuraremos mostrar como a complexidade da composição étnica e a falta da devida atenção a esta complexidade transformou-se

---

\* Comunicação apresentada ao IX Congresso Luso-Afro-Brasileiro sob o lema “As Ciências Sociais e os Desafios das Sociedades em Desenvolvimento”. Luanda, Angola, 28 a 30/11/2006.

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São João Del Rei, MG.

numa das causas centrais da dificuldade do processo da construção da nação e da instabilidade política freqüente da Guiné-Bissau. Esse fenômeno persiste e perpassa o período colonial (até 1974), pós-colonial, período do partido único – PAIGC (1974 1994) e ainda no período do pluralismo partidário.

Até final dos anos oitenta, ainda sob o domínio do partido único (PAIGC), prevalecia o consenso intra-elite de que o unipartidarismo era a melhor opção para o país. Era o meio mais eficaz para formar uma nação unida e íntegra. Mas, com o curso dos acontecimentos recentes, sobretudo depois das eleições pluripartidárias no Leste Europeu e de o vento das mudanças ter atingido o continente africano, o partido no poder, depois de ter constatado a erosão do consenso intra-elite e na sociedade em geral em torno do unipartidarismo, aprovou um novo diploma legislativo que instituiu o pluripartidarismo no país a partir de 1991 e marcou as primeiras eleições gerais pluripartidárias para 1994. A relação entre a elite luso-africana (crioula) e as lideranças etnorurais (etnias rurais, ou seja, que vivem ainda no campo) tem sido complexa e de difícil apreensão. A primeira leitura dela sugere que a elite detém a hegemonia absoluta; mas, quando se examina de perto, começa-se a perceber sinais de resistência latente dessa comunidade ao reconhecimento dessa hegemonia.

Considerando-se não ser possível uma abordagem mais ampla nessa comunicação, centraremos a nossa atenção na análise e descrição das principais tensões políticas surgidas entre as elites luso-africanas e lideranças etnorurais, aqui entendidas como enfrentamento da elite crioula, urbanizada e letrada, com a liderança espiritual e política tradicional das etnias que ainda vivem nas tabancas (aldeias).

Esses aspectos serão abordados resumidamente em três momentos. No primeiro momento, ressaltarei as tensões políticas ocorridas entre esses dois segmentos sociais, nevrálgicos para a vida nacional da Guiné-Bissau, na formação do primeiro governo pós-independência e na composição da direção do PAIGC (Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde), partido que liderou a luta de libertação nacional. O partido dirigia o Estado, isto é, tinha ascendência sobre o governo, concebia o plano de ação quinquenal e elaborava a estratégia de consecução desse plano. Portanto, ser membro da direção do partido (bureau político ou comitê central), era igual ou maior que ser ministro, na maioria das vezes era coincidente. Por essa razão, a nossa

análise terá como indicador principal a identificação do número ou percentagem dos luso-africanos e descendentes dos etnorurais que, por terem sido líderes ou comandantes proeminentes durante a luta de libertação, conquistaram postos na direção do partido, ou altas patente nas forças armadas. Esse primeiro momento se refere ao governo Luiz Cabral (1974 a 1980); o segundo momento centrar-se-á no governo de João Bernardo Vieira, mais conhecido como comandante “Nino Vieira” (1980 a 1993) e, finalmente, o terceiro momento ressaltará essa mesma configuração na formação do governo e na direção do partido, a partir da institucionalização do pluripartidarismo e da formação do primeiro governo pós-eleição pluripartidária de 1994, vencida pelo partido do governo. Registre, no entanto, a alta tensão interna na composição da direção do partido vitorioso e na formação do governo pós-eleição. A partir desses três momentos tentaremos mostrar como essas tensões foram e são impactantes para a estabilidade política do país. Elas esteiam e explicitam os principais momentos de ruptura, ou conflito de alta ou baixa tensão, como o golpe de Estado de 1980; expurgos dos eminentes membros do partido único da época (PAIGC); guerra civil de 1997/98, que depôs o presidente Nino; a cassação do mandato do presidente Kumba Yala, em 2003, pelo Estado Maior das Forças Armadas, e o atual momento em que o presidente Nino, eleito em 2005, num sistema de governo semipresidencialista, forma o gabinete de iniciativa presidencial, a despeito de existir o partido majoritário no parlamento que, pela regra, deveria indicar o chefe de governo. Esse dissenso entre o partido majoritário e o governo de iniciativa presidencial existe e poderá se expressar por via de construção de consenso ou conflito aberto.

Para melhor apreensão desse conflito interno, ou tensão interna, é preciso antes descrever a composição social e étnica do país, para que se possa ter idéia da sua complexidade, e, assim, tentar responder às inquietações ou interrogações suscitadas no texto.

Como formar uma nação ou assegurar estabilidade política, a partir da composição étnica, heterogênea da sociedade de Guiné Bissau? Quais são as possibilidades para responder a essas interrogações? Para isso, dividirei a sociedade guineense em três grandes grupos, a saber:

1. Os nativos (filhos da terra), são 55% da população guineense e têm como característica comum à organização de tipo comunitário, uma estrutura de poder de

tipo clânico (horizontal) e uma estratificação social etária importante (ex.: etnias bijagós, balantas, felupes). Na subdivisão deste grupo encontram-se etnias com características intermediárias, ou seja, parte de sua organização é semelhante às das etnias de estrutura social típica de uma comunidade clânica (ex.: valores morais, religião, manifestação cultural, cerimônias fúnebres, etc.), mas delas se distinguem em alguns aspectos, como o sistema tributário e a estrutura de poder hierarquizada (ex.: etnias Manjacas, pepéis, brames ou mancanhes, etc.).

2. Os islamizados – etnias que sofreram influência da cultura, letramento e religião árabe e que compõem 40% da população da Guiné-Bissau. Este grupo étnico é formado principalmente pelas etnias mandiga (malinké, mande, diula, bambarra, etc.) e fula (pheul, fulani), que chegaram a Guiné-Bissau respectivamente nos séculos XIII, XIV e XVIII, vindos de outras partes da África (Mali e Futa Djalo). Têm como características comuns: a) núcleo de família ampliada chefiada pelo membro mais influente da família; b) – estrutura do poder concebida verticalmente seguindo uma hierarquização de vassalagem; c) estrutura social baseada em critério profissional tais como guerreiros, sacerdotes, griots, ferreiros, sapateiros, curtidores de pêlo, tecelões, escultores, etc.; d) o regime fundiário concebe terra como propriedade coletiva administrada pelo chefe, o qual recolhe tributo dos súditos.
3. Os luso-africanos (crioulos) são grupos constituídos por indivíduos originários das famílias miscigenadas e urbanizados, fruto, por conseguinte, de cinco séculos do colonialismo. Esse grupo compõe 5% da população total do país, utiliza a língua crioulo como materna e portuguesa na sua comunicação; apesar de minoritário percentualmente, é o grupo que detém de fato o poder político, econômico e social do país.

Essa divisão tem somente caráter discretivo e ilustrativo, já que, conceitualmente, tanto na perspectiva sociológica quanto na antropológica tem implicações analíticas muito complexas, mesmo porque ela tangencia e subjuga questões marcadamente relevantes para apreensão do universo cultural específico de cada etnia que, no conjunto, dão ossatura à nação guineense, que se expressa quer pela concretude das ações político-sociais e econômicas, quer pela representação simbólica desse mosaico cultural. Conseqüentemente, a política guineense é nuançada por essa especificidade.

A questão a saber, ou seja, em análise, é se a construção da nação e da democracia obedecerá ao domínio desse último grupo sobre 95% da população, como de fato aconteceu, ou está a acontecer. E se, em conseqüência dessa

hegemonia, se imprimirá uma política de construção da nação e da democracia, que enfatiza mais os valores morais, culturais e políticos ocidentais, que fazem parte do quotidiano desse grupo em detrimento dos valores sociais, culturais e políticos dos demais grupos sociais. Ou, se será possível pensar esse processo da construção da nação e da democracia a partir da convergência dos valores culturais de diferentes grupos, para que desta convergência surja uma nação que espelhe uma identidade cultural heterogênea e rica, permitindo o surgimento de um diálogo constante entre as várias formas de manifestações culturais desse povo. Veja-se o quadro a seguir.

Tabela: **Guiné-Bissau: divisão administrativa. população. superfície**

<b>Região</b>	<b>População - %</b>	<b>Superfície - %</b>	<b>Etnia majoritária - %</b>
Bissau	15,0	2,4	Mista/crioula
Biombo	7,4	-	70 (Pepel)
Oio	17,7	16,0	80 (Balanta)
Bafatá	15,1	18,0	75 (Pheul)
Gabú	13,6	26,0	85 (Pheul)
Tombali	7,0	10,0	50 (Balanta)
Quinará	4,5	9,0	50 (Biafada)
Bolama	3,3	5,0	80 (Bijagós)
Cacheu	17,2	14,0	65 (Manjacós)

Fonte: ver Jauará, mimeo. UFMG, 1991.

## PRIMEIRO GOVERNO DO PAIGC

O primeiro governo foi formado ainda durante a luta de libertação. Na sua composição pesou a hierarquia existente no seio do PAIGC, tomando como critério participação e contribuição à luta armada e política para a independência do país. Alguns dirigentes que tinham ganho notoriedade na luta ocuparam pastas ministeriais. Os ministérios chamavam-se “comissariados”, pois o partido pretendia evitar estranhamento (nomes pomposos) e dar aos ministérios um caráter mais popular e mais próximo do povo. Essa também foi uma experiência que morreu no nascedouro, pois os comissariados só existiram durante três anos depois da independência (1974 a 1977). Logo na primeira remodelação governamental, os comissariados cederam lugar aos ministérios e seus respectivos ministros. E a estrutura administrativa que foi concebida na

sua formulação inicial como de natureza coletiva, e a tomada de decisões que deveriam ser coletivas não resistiram aos primeiros anos da experiência, porque houvera várias resistências tanto do funcionalismo herdado do governo colonial como de alguns dirigentes expoentes do partido que ainda mantinham resquícios do comportamento colonial. Com isso, mais uma experiência de natureza popular se esvai, a despeito de juras e promessas que a guerrilha havia feito ao povo em discursos políticos vigorosos e contagiantes.

As tarefas de descentralização política eram assim propostas: o órgão supremo, a Assembléia Nacional Popular (ANP) nomeava o Conselho de Estado e o Conselho dos comissários do Estado nomeava, respectivamente, a presidência coletiva, dirigida por um dos seus membros, e o governo, composto de dezesseis comissários. O órgão executivo era responsável perante o legislativo, onde os camponeses eram sempre a maioria. Esta configuração do legislativo não irá beneficiar os camponeses como se poderia imaginar, pois os luso-africanos (intelectuais) do partido se aproveitaram da falta do conhecimento da técnica legislativa e jurídica da maioria para assumir efetivamente a responsabilidade de elaborar todas as leis, todo o ordenamento jurídico do país, as diretrizes orçamentárias e estratégia de desenvolvimento da Guiné-Bissau. Aos camponeses deputados restará a função homologatória das propostas apresentadas, sem efetiva participação na elaboração de tais propostas. Constatamos pessoalmente esse fato assistindo a uma das plenárias do Parlamento quando ali estivemos para efetuar a nossa pesquisa, corroborado pelo depoimento do deputado Bacar Sani, que entrevistamos na tabanca (aldeia) de Dandum, em Bõe (período de 1988/89).

O governo foi remodelado por duas vezes antes de 14 de novembro de 1980, data de ruptura intrapartido. O bloco que sustentava o regime de Luiz Cabral foi derrotado na disputa pelo poder por bloco de João Bernardo Vieira. A primeira remodelação teve lugar em 1977. O seu objetivo era a criação de uma Secretaria de Estado da Pesca, porque este era antes um departamento do Ministério de Desenvolvimento Rural e, para evitar o acúmulo de tarefas nesse Ministério, foi então necessária a criação desta nova pasta. Também houve modificações nas atribuições do primeiro-ministro, para além da demissão de quatro ministros: Adelino Nunes Correia (juventude e desportos); José Araújo (sem pasta); Manuel Saturnino (antigos combatentes) e Otto Schacht (transportes e comunicações). A segunda remodelação ocorreu em 1978, em

decorrência da morte do primeiro-ministro (Francisco Mendes). João Bernardo Nino Vieira assume a chefia do governo e é substituído no Ministério das Forças Armadas por Umaro Jalo, oficial general de absoluta confiança do presidente Luis Cabral. A morte do antigo primeiro-ministro (Chico Té) precipita uma luta intensa no seio do partido com objetivo de uma nova partilha do poder. O comissário Rui Barreto cai, e as suas funções são divididas entre dois outros comissários: Manuel dos Santos anexa o transporte à sua pasta de turismo, enquanto a administração interna se junta à ordem pública e segurança para formar o Ministério do Interior. Foi criado Ministério da Cultura para abrigar o dissidente do MPLA Mario Andrade.

Os princípios democráticos do partido eram constantemente violados a favor de lutas intestinais e de conflito de interesses entre militantes de distantes origens sociais e clivagens diversas. Desde a independência e da assunção da administração do país pelo PAIGC que vêm surgindo graves atentados ao princípio democrático e à gestão da coisa pública. A falta de conhecimento em matéria de administração por parte de alguns dirigentes do partido se revela grave, na medida em que muitos desses dirigentes optaram por soluções que achavam ser as mais fáceis, entregaram a administração de departamentos estratégicos aos antigos funcionários do governo colonial. Esses iniciam assim uma rápida ascensão no aparelho do Estado, alguns chegaram a ocupar cargos equivalentes aos de vice-ministros (secretários-gerais dos ministérios), o que seria impensável se se considerassem os vigorosos discursos anticolonialistas dos ministros recém-empossados. A influência deles era tanto mais forte quanto menor conhecimento técnico possuía o ministro, ou, então, se interessava mais em fortalecer seu poder dentro do partido, descuidando da gestão da sua pasta.

O centro nevrálgico do poder político na Guiné-Bissau estava sem dúvida nas forças armadas. Todos os pretendentes ao poder procuram apoio estratégico das forças armadas. Isso se explica porque o chefe de Estado por várias vezes procurou intervir nas forças armadas, como testemunham as numerosas alterações efetuadas na hierarquia militar. Em 16 de novembro de 1979, o segmento do partido dirigido pelo ex-presidente Luis Cabral tentou colocar os seus homens nos postos-chave das forças armadas. Esse esforço do presidente em controlar as forças armadas revelava a insuficiência do seu poder tanto no partido quanto no próprio governo. O primeiro-ministro Nino Vieira, por ser oficial general, gozava de muito prestígio e influência no quartel, mais do que

o próprio presidente, o que causava preocupação a este último. Por essa razão, foi elaborada uma nova constituição, submetida à apreciação do Parlamento, que visava, entre outras coisas, a extinção do cargo de primeiro-ministro. Essa tentativa do fortalecimento do presidente provocou confronto entre as duas tendências, que resultou no golpe de Estado de 14 de novembro de 1980, liderado por Nino Vieira.

## O PARTIDO ÚNICO E O GOVERNO LUIS CABRAL

A luta interna no partido vai caracterizar a primeira administração da Guiné-Bissau. As principais pastas vão ser ocupadas por pessoas que exercem ou ocupam cargos relevantes no partido e são expoentes na sua hierarquia. Esses militantes ocuparam cargos ministeriais, independentemente da vontade do presidente da República, isso porque o partido, nessa ocasião, se sobrepuja ao Estado/Governo, não só em tese como de fato. Caba ao partido elaborar as estratégias de desenvolvimento do país e as metas a serem cumpridas. Assim, podemos agora fazer uma leitura compreensível dos quadros da estrutura do poder nesse período.

Dividimos os ministérios por área de atuação: econômica (nove ministérios), social (cinco ministérios) e política (quatro ministérios). No total, temos 18 pastas em disputa; os altos dirigentes ocuparam as pastas mais importantes na estrutura do poder. Não serão incluídos quadros ilustrativos por economia de espaço, mas a composição do governo revela que os membros do bureau político assumiram três ministérios na área econômica, um na área social e todos os ministérios da área política. A área política nessa época era a mais prestigiosa, porque controlava as forças armadas, o que significava controle de uma grande parcela do poder ao lado do Ministério do Interior (entenda-se, ministério que controlava a polícia de segurança do Estado, além da polícia de ordem pública). A justiça e negócios externos do país eram muitos sérios, razão por que não podiam ser geridos por membros do partido que não fossem do bureau político. Os membros do comitê central também controlavam três ministérios, dois na área econômica e um na área social. Contudo, a gestão dos principais pastas ministeriais não explica muito as causas do principal embate entre as tendências. Explícita, sim, a força do partido e a fraqueza do poder do presidente, que não consegue controlar totalmente nem imprimir a sua visão

política à administração do Estado. O presidente ficou refém do partido durante muito tempo; quando decidiu assumir o controle do poder de fato, descobriu que os seus aliados no partido e no governo não detinham a força que imaginava; foi o fim do seu governo. Aliados do seu primeiro-ministro Nino Vieira eram mais fortes e melhor bem estruturados, tanto no partido e no governo quanto nas forças armadas. Não foi difícil, assim, derrubar o presidente Luis Cabral. O único enfrentamento que houve foi com alguns chefes da segurança do Estado.

O período foi marcado sobretudo por confronto entre as tendências que chamamos de Progressistas ou ortodoxos, e Reformistas ou liberais. Uma outra definição se refere a grupos que designamos como luso-africanos, que disputam espaço com os etnorurais dentro do partido e do governo. O critério para classificar um grupo de etnorural ou de luso-africano já foi discutida no início deste texto. Aqui usamos essa definição para nos referirmos aos membros do partido que, a despeito da importância da função que exercem tanto no partido quanto no governo, continuam pautando seu estilo de vida na óptica da africanidade (referenciando seu estilo de vida, hábitos e costumes na tradição africana) ou um estilo de vida orientado por hábitos, comportamentos e costumes de características ocidentais. Para essa definição servimo-nos das entrevistas que realizamos entre alguns dirigentes do partido em Bissau e no interior do país, no período compreendido entre outubro de 1988 e fevereiro de 1989. Para diferenciar os progressistas dos reformistas baseamo-nos na maneira como votaram no congresso do partido de 1986 e no congresso extraordinário de 1992. Também tomamos como base o comportamento do partido, ou melhor, dos membros do partido e deputados no parlamento guineense, no período da realização da nossa pesquisa, que norteou nossa tese de doutoramento, defendida na Universidade de São Paulo em 2003.

Constatamos que a maioria dos membros do governo Luis Cabral era luso-africana (14 membros), contra quatro etnorurais. Apesar de serem progressistas, são também luso-africanos. Por outras palavras, o governo Luis Cabral era composto, em sua maioria, por luso-africanos progressistas. Mas, em estados de partido único, os deputados rurais eleitos ou os membros da hierarquia inferior do partido, tal como existiam na Guiné, somente dispõem do poder que o partido considera desejável; daí a fragilidade do quadro institucional da época, numa situação em que um grupo da direção do partido pensa e assume

que as exigências do desenvolvimento socialista formal (industrial-urbano) devem sobrepor-se aos interesses rurais específicos. A falha no cumprimento do plano agrário governamental, apesar dos grandes auxílios estrangeiros, o investimento em projetos que até agora têm sido pouco benéficos para o campo e a perda maciça de recursos financeiros para manter a burocracia e a população urbana significava (até 1980, pelo menos), que o equilíbrio de forças político dentro do PAIGC estava se deslocando. Lento, mas inexoravelmente, a favor daqueles a quem Cabral tinha definido como “petite bourgeoisie” revolucionária e no sentido da consolidação de uma aliança política entre a burocracia herdada e os proponentes da estratégia de desenvolvimento rápido (industrial-urbano).

Essa hegemonia dos luso-africanos proponentes da estratégia de desenvolvimento urbano-industrial como etapa para chegar ao socialismo foi interrompida pelo golpe de Estado liderado por Nino Vieira em novembro de 1980. Entre outras causas apontadas pelo novo bloco hegemônico como razões que motivaram o bloco a tomar o poder pela força, foi a insatisfação dentro da ala guineense do PAIGC, isto é, o novo bloco hegemônico, em relação à nova constituição elaborada, anunciada pelo partido como comum para os dois países, mas que, de fato, continha diferenças políticas sensíveis. As duas diferenças, que ala guineense refutava, eram: primeiro, a constituição cabo-verdiana especificava que o presidente devia ser cabo-verdiano, enquanto a constituição guineense não especificava nacionalidade, e, segundo, a constituição cabo-verdiana abolia a pena de morte, enquanto a guineense conservava a pena. Essas diferenças levantaram suspeitas dos guineenses sobre a intenção do governo Luis Cabral de institucionalizar o domínio de Cabo-Verde sobre a Guiné-Bissau e de usar medidas repressivas para mantê-lo.

Vieira declarou após o golpe que os guineenses não eram contra uma certa forma de integração com Cabo-Verde, mas não aceitavam as condições impostas pelo regime de Luís Cabral. E afirma também que vai inverter a estratégia de desenvolvimento. Sustenta que Luís Cabral, seus seguidores, e a burocracia herdada do governo colonial e a ala do partido que liderava o processo de desenvolvimento urbano-industrial como etapa para atingir o socialismo se tornaram totalmente comprometidos com o poderoso “Bissau lobby”, grupo liderado pela burguesia comercial aliada à burocracia herdada e ala do partido que encabeçava o processo e que tinha abandonado o projeto socialista

original de Amílcar Cabral, que se assentava no desenvolvimento rural. Contudo, o novo governo, apesar de empunhar a bandeira de socialismo e aproximar-se mais do bloco Leste nos primeiros quatro anos, vai aos poucos se deslocar politicamente para o bloco ocidental à procura de recursos e progressivamente vai abandonar o sonho socialista e adotar medidas radicais de liberalização econômica e aliar-se incondicionalmente aos novos ricos do “Bissau lobby”, grupo que alguns anos atrás abominava. Passemos agora à análise do governo Nino Vieira.

### GOVERNO CONSTITUCIONAL DO GENERAL NINO VIEIRA (MAIO DE 1984 A 1989)

Este período inaugurou-se em maio de 1984, quando foi aprovada a nova constituição e, em consequência, formado um novo governo, encabeçado pelo general Vieira. No intervalo de 1980 a 1984 formou-se um governo provisório dirigido por um conselho da revolução chefiado por general João Bernardo Nino Vieira, tendo como primeiro-ministro Victor Saúde Maria, que foi demitido em 1984 sob acusação de práticas políticas atentatórias à consolidação da revolução.

O Governo Constitucional esteve em vigência até as eleições de 1994 (e, se consideramos em termos constitucionais, salvo algumas emendas, ainda está em vigência), com a reeleição em 1989 do presidente Nino Vieira, para mais um mandato de cinco anos. O mandato que terminou em 1989 foi marcado no domínio da política pela prisão e condenação do vice-presidente da República Paulo Correa (1986), acusado de tentativa de golpe de Estado. Nesse mesmo ano, no período de 9 a 14 de maio, reuniu-se em Bissau o 4º Congresso do PAIGC. Nesta ocasião, alguns membros foram expurgados do partido e outros ingressaram pela primeira vez. Nesse Congresso elegeram-se 70 membros (60 efetivos e dez suplentes) para o comitê central, sendo que 16 membros são luso-africanos e destes, sete são do bureau político composto por 12 membros. Proporcionalmente, os luso-africanos estão super-representados na instância decisória do partido, enquanto os etnorurais, que participam com 54 membros no comitê central, estão sub-representados, com sete membros e dois suplentes na composição de bureau político. Pela primeira vez, os grupos ligados às tendências ideológicas e da estratégia de desenvolvimento diferente, intrapartido, se enfrentaram publicamente, cada grupo assumindo suas posi-

ções políticas com nitidez. Isso não acontecia publicamente, em nenhum dos congressos anteriores (o embate se dava nos bastidores), porque o procedimento do partido era aprovar as teses já discutidas nas reuniões preliminares do comitê central. Em geral, a tendência era a unanimidade em torno da tese defendida pelo secretário-geral do partido. No 4º Congresso, as correntes ligadas às idéias liberais (reformistas) enfrentaram com posições assumidas os grupos ligados às idéias de movimento de libertação nacional (progressistas). Este grupo é (ou era) o majoritário do partido. Em função desse embate histórico, o Congresso aprovou resoluções contraditórias (por exemplo, o combate à exploração do homem pelo homem e ao mesmo tempo a liberalização econômica, inclusive operação cambial, que era de exclusividade do Estado).

Quanto às instituições, como o PAIGC e as FARP, perderam sua vitalidade em conseqüência dos constantes expurgos de suas lideranças mais importantes. O poder na Guiné, no período em estudo, estava concentrado na presidência do Conselho de Estado. Essa era a única instituição que de fato o detinha e fazia as outras funcionarem. Na verdade, o que existia era a concentração excessiva de poder na presidência, de um lado, e de outro lado na incapacidade ou imobilidade das outras instituições. Essas se encontravam, na sua maioria, acéfalas, desprovidas de lideranças competentes e de iniciativas (*Cf. Jornal Nô Pintcha*, 31/12/88, Bissau).

Com o fracasso das várias estratégias de desenvolvimento centradas no planejamento econômico e com a diminuição da ajuda externa para a balança de pagamentos e dos donativos para debelar a crise alimentar, o primeiro governo constitucional 84/89 não teve alternativa senão a adoção da economia de mercado. Essa estratégia da política econômica teve respaldo do grupo da elite dirigente ligado às idéias liberais e contou com o apoio das instituições financeiras internacionais (FMI/BM).

Os liberais ou reformistas apoiados pela maioria dos jovens quadros estão liderando atualmente a execução dessa política econômica. Restabeleceu-se também um clima de estabilidade política, ainda que relativa. A estrutura do PAIGC pós-IV Congresso (86) até a véspera de 1992 seguia a estrutura anterior porque, no congresso extraordinário de 1992, o partido decidiu mudar a sua estrutura.

Em síntese, eis o cenário da Guiné-Bissau que o pluripartidarismo vai encontrar: foi a partir desse quadro político que o presidente Nino Vieira pro-

moveu a remodelação governamental, formando um governo de transição para eleições multipartidárias.

A leitura da composição do novo governo revela que sua estrutura era grande: vinte cinco pastas contra dezessete pastas ministeriais do governo Luís Cabral. Isso foi provavelmente motivado pelo jogo político da época e a necessidade de o comandante Vieira acomodar um número elevado de seus aliados no momento da ruptura com o governo anterior.

Outro aspecto que chama atenção ao analisar a formação do governo é a performance da hierarquia do partido no elenco governamental. Observa-se a mudança de força política no interior do partido, agora expurgado dos seguidores, ou, pelo menos, das figuras políticas mais expressivas do anterior regime. O presidente Nino tornou-se mais forte que o partido, apesar de oficialmente constar nos discursos que o partido era a principal força dirigente da sociedade guineense. As pastas ministeriais foram ocupadas mais pelo critério do presidente e menos pela posição hierárquica do ministro no partido. Isso explica por que diminuiu a presença dos membros do bureau político no governo e nas principais pastas ministeriais. No governo de Luís Cabral ocupavam sete ministérios e, sobretudo, todos os ministérios da área política, que era mais prestigiosa. No governo de Nino Vieira (1986) ocuparam só cinco pastas, no total de vinte cinco. Assim mesmo, não assumiram todas as pastas da área política; dos cinco ministérios da área, ficaram com três. Mas os três ministros dessa área eram pessoas de absoluta confiança do presidente (são eles: Vasco Cabral, Tiago Aleluia Lopes e coronel Iafai Camará); as duas outras pastas foram ocupadas por membros do comitê central, também eles de confiança do presidente. Dois ministérios da área econômica foram ocupados por membros de bureau político. Os membros do comitê central concentram seus esforços na área social, ocupando cinco dos dez ministérios, enquanto a área econômica teve a concentração dos militantes e técnicos. Eles ocuparam sete dos dez Ministérios. Resumindo, não foi só Luís Cabral que perdeu o poder, ou seja, sofreu o golpe, o PAIGC também saiu dessa ruptura política muito enfraquecido. Quem realmente ganhou prestígio e poder foi o comandante Nino Vieira.

Em 1991 o governo apresentou emenda à constituição, que aboliu o sistema de partido único e adotou o pluripartidarismo. Ao nível do partido convocou um novo congresso de reorganização do mesmo para o enfrentamen-

to da oposição e, no governo, promoveu remodelação, estruturando o poder executivo para o período de transição (novo governo formado em 31/10/92).

Para fazer face a essa nova realidade tiveram que deixar o governo muitos ministros e secretários de Estado. Vários ministros foram demitidos para que o governo pudesse acomodar políticos e técnicos mais carismáticos e com mais visibilidade política.<sup>2</sup>

Em 1991, quando o partido se viu na contingência de adotar o pluripartidarismo por condicionalismo do momento e também pela pressão da sociedade civil, decidiu convocar um congresso extraordinário para debater os procedimentos e diretrizes a serem adotados na nova etapa política que então se iniciava.

Esse congresso foi marcado por um fato novo: a base do partido não aceitou a lista proposta pela direção para composição do comitê central e sugeriu, e a direção do partido acatou, que os candidatos se apresentassem individualmente. A eleição seria nominal, sem lista previamente elaborada; essa proposta mereceu um aceso debate porque contrariava o procedimento normal do partido. Antes o secretariado elaborava a lista da composição do comitê central e a apresentava aos delegados do Congresso para apreciação e aprovação. Inicialmente, nem o secretário-geral do partido, presidente Nino Vieira, e, muito menos, principais figuras do bureau político aceitaram o critério sugerido pela base partidária. A questão nuclear subjacente em debate estava na composição da lista partidária para a eleição legislativa e pluripartidária que se avizinhava. Como cabia ao comitê central compor as listas dos candidatos aos círculos eleitorais do partido e ocupar as primeiras posições na lista de precedência dos candidatos a serem os primeiros eleitos, caso a lista obtivesse votos suficientes exigidos pelo coeficiente eleitoral por círculo, era tudo que os principais líderes do partido desejavam. A cúpula partidária resistiu, mas acabou cedendo à pressão da base.

Esse congresso revelou surpresa na composição do novo comitê central do partido. A composição foi elaborada por critério de votação; assim, as prin-

---

<sup>2</sup> Daniel Ferreira, ex-ministro da Justiça; Fidelis Cabral D'Almada, Educação; Iafai Câmara, ex-Forças Armadas; Vasco Cabral, ex-coordenação econômica; José Pereira, ex-segurança; Alexandre N. Correia, ex-saúde; Bartolomeu, ex-plano; Mussa Djassi, ex-telecomunicação; Joaquim Furtado, ex-combatente da pátria; Pio Correia, ex-recursos naturais; Mario Ribeiro, ex-transporte; Manuel Rambout, ex-secretário de ensino; Agnelo Regalla, ex-secretário de ensino; Agnelo Regalla, ex-secretário de informação.

cipais figuras que apareciam no topo da hierarquia do partido perderam suas posições para outros que não eram tão expressivos e até para estreantes. No comitê central, composto por 36 membros, 15 eram estreantes e, portanto, não faziam parte da lista inicial. Desses iniciantes, três estavam entre os dez mais votados por delegados ao congresso do PAIGC. O processo de votação foi também utilizado como critério na composição do bureau político, a instância superior do partido. Dos seus 12 membros efetivos e três suplentes, dez são estreantes e, dos cinco mais votados dois eram estreantes e um subiu da 12<sup>a</sup> posição no anterior bureau político para a terceira posição. E, enquanto isso, na nossa classificação pode-se observar que a composição do comitê central reservou dez lugares para luso-africanos e 26 para etnorurais, desses 36 membros dez eram reformistas e 26 ortodoxos ou progressistas. Observa-se ainda, que o resultado do congresso reservou surpresa até para o secretário permanente do partido, o principal ideólogo, que ficou como 1<sup>o</sup> suplente do bureau político, ou seja, 13<sup>o</sup> lugar na composição da lista.

A direção do partido não se conformou com esse resultado, além de não ter gostado de ver um grupo de jovens reformistas atuarem em bloco, sempre contra a orientação da cúpula do partido; por isso, convocou, cinco meses depois, um novo congresso, só que, dessa vez, convocou o congresso ordinário do partido, o que deixa clara a disputa do poder no próprio partido.

## **AS ELEIÇÕES DE 1994 E 1999 E O SISTEMA ELEITORAL GUINEENSE**

Sistemas eleitorais, observa Olavo Brasil (1997), são mecanismos responsáveis para transformação dos votos dos eleitores em mandato legislativo ou executivo. A legislação eleitoral é que regulamenta as eleições e determina, por exemplo, quais são os eleitores aptos, a obrigatoriedade ou não de votar, critérios para candidaturas, acesso ao meio de comunicação, gastos de campanha, etc.

- Tipologias para classificar sistemas eleitorais existentes: há um consenso acerca da agregação destes em duas “macro-famílias”: a representação majoritária e a representação proporcional. Diferença entre os dois:
  - a) majoritária produz governo eficiente, com maior capacidade de controle dos representantes por representados;

b) proporcional destaca a capacidade de produzir uma relação equânime entre votos e cadeiras e a garantia de representação da minoria. O sistema majoritário tende a ser bipartidário, enquanto que o sistema proporcional tende a ser multipartidário.

A Guiné-Bissau adotou o sistema de representação proporcional, certamente por pretender assegurar a diversidade de opiniões no parlamento e garantir a equidade matemática entre os votos dos eleitores e a representação parlamentar. Não existe explicitamente cláusula de exclusão, esta é determinada pela magnitude do círculo eleitoral, que nesse país varia de três o mínimo, a seis o máximo de cadeiras a serem disputadas por partido em cada círculo eleitoral. Como o sistema de escolha é feito por lista fechada partidária, cabe a cada partido elaborar e ordenar a lista dos seus candidatos. É claro que, dependendo da magnitude do círculo, os três ou os seis primeiros da lista partidária têm mais probabilidade de se elegerem deputados, desde que o partido atinja o coeficiente eleitoral exigido para eleger um ou os seis candidatos.

## A COMPOSIÇÃO SOCIAL DO PARLAMENTO

Dos cem deputados na Assembléia Nacional, 45 procedem dos poucos centros urbanos – principalmente da capital; dos restantes, 55 deputados são provenientes do campo. Isso em 1994; já em 1999, o quadro é o seguinte: os três maiores partidos (PAIGC, PRS E RGB/mov.Bafatá) elegeram juntos 90 deputados em 102 possíveis. 12 cadeiras restantes foram divididas por cinco partidos pequenos: UM (União para Mudança) três deputados; AD (Aliança Democrática), quatro deputados; PSD (Partido Social Democrático), três deputados; FDS (Frente Democrática Social) e UNDP (União Nacional para a Democracia e o Progresso), um deputado cada.

Dos 90 eleitos pelos três maiores partidos, 43 são oriundos dos principais centros urbanos, sendo 20 de Bissau, capital do país e 47 do interior. O PAIGC elegeu dez deputados nos centros urbanos, sendo dois desses eleitos pelos círculos eleitorais da capital; contra 11 deputados eleitos na legislativa de 1994, nesses mesmos círculos eleitorais. Portanto, dos seus totais de 24 deputados eleitos na legislativa de 1999, 14 vieram da área rural.

Assim era o cenário político depois da legislativa de 1994: o PAIGC, partido no poder, com a maior representação no parlamento (64 cadeiras), elegeu 33 deputados provenientes dos centros urbanos e 32 de origem camponesa. Esse desempenho discrepante do PAIGC suscita realmente maior reflexão. A militância do partido é ou era majoritariamente rural. O Partido recrutou o grosso da sua militância, ainda na época da guerra da libertação, no campo, principalmente no sul e na região Oio, entre a etnia balanta (ver tabela). Era de se esperar que os deputados eleitos por partido representassem proporcionalmente a composição da sua militância, mas não foi isso que se verificou.

Alguns analistas políticos da situação nacional vêem nisso indício do avanço da oposição e da apropriação da estrutura do partido pelos “novos ricos”, aqueles que foram beneficiados por créditos fáceis e juros subsidiados de 1987 até os dias atuais certamente para assegurar de que seus bens não correrão riscos no futuro incerto. Como a disputa eleitoral se realiza pela composição da lista eleitoral pelo partido, ou mais precisamente, pela direção do partido, e os eleitos são sempre pela ordem da lista, não deve ter sido difícil inscreverem seus nomes estrategicamente nessa lista. É claro que há também o fator do descontentamento desses antigos militantes, porque muitos foram deixados à sua própria sorte. Sem assistência e nem créditos para cultivo de seus arrozais, eles se sentiram preteridos na estrutura do poder, razão pela qual a maioria desses antigos combatentes aposentados compulsoriamente aderiu à Junta Militar, no conflito deflagrado entre os militares rebeldes contra o governo Nino Vieira em 1998.

Dos 35 deputados dos partidos na oposição em 1994, 12 podem ser considerados de origem urbana e 23 procedentes do campo. O desempenho eficaz da oposição (principalmente dos dois partidos) entre os camponeses pode ser o início de um avanço progressivo da oposição na, até então, reserva do PAIGC.

Já nas eleições legislativas de 1999 o cenário mudou, como acima nos referimos. O desempenho do PAIGC nas duas eleições legislativas (1994 e 1999) revelou-se substancialmente declinante. Verificou-se uma acentuada subtração no número da sua representação, que, dos 64 deputados em 1994, só conseguiu conservar 24 cadeiras na legislativa de 1999. Nesta última eleição, a performance partidária se inverteu: dos 24 representantes eleitos, 14

são do campo, portanto, a maioria. Na primeira legislativa, a maioria da sua representação era proveniente dos centros urbanos. Contribuiu também para esse desempenho discrepante o fato de a imagem do partido ter estado sempre associada ao ex-presidente Nino, que teve que abandonar o País, depois da guerra civil de mais de um ano (1998/99). As eleições gerais ocorreram logo depois do fim do conflito militar.

O PAIGC saiu em frangalhos depois do conflito. Nino Vieira, que havia se assenhoreado do partido e se lançou candidato à sua própria reeleição, tendo também coordenado a elaboração da lista eleitoral do partido para a legislativa, ao abandonar o país para o exílio em Portugal, deixou o partido completamente acéfalo. O partido precisou convocar um novo congresso, para eleger novo líder. Nesse congresso, duas grandes correntes dividiram o partido: os renovadores, que tiveram apoio implícito da Junta Militar que afastou Nino do poder; e os “firkijas”, grupo identificado com o ex-presidente. Havia ainda um grupo de quadros técnicos, formado sobretudo por antigos alunos da Escola Piloto (escola internato da época da luta de libertação, onde estudavam filhos dos militantes e órfãos da guerra); a maioria desses alunos estudara no antigo bloco do Leste Europeu. Número pequeno, mas muito ativo, influente e favorável à renovação. O candidato dos renovadores à liderança era Francisco Benate, advogado, ex-aluno da Escola Piloto, foi ministro de Defesa, no governo chefiado por Francisco Fadul, governo formado logo depois do conflito armado. Manuel Saturnino, influente membro do partido desde a luta de libertação, ex-primeiro ministro do primeiro governo formado depois da eleição pluripartidária de 1994, vencida pelo PAIGC. Mas a Junta Militar não aceitou a sua candidatura à liderança do partido. Mário Mendes e Flávio Proença foram também candidatos. Camarada Benate foi eleito líder, mas o estrago já estava feito. O partido não conseguiu desvincular a sua imagem da fracassada administração de Nino Vieira. Isso explica, em boa parte, a estrondosa derrota do partido nas urnas.

O PRS, partido do governo, das suas 37 cadeiras legislativas (maioria no parlamento), 23 foram conquistadas nas áreas rurais, contra 14 obtidas nos principais centros urbanos. Desses 14, sete foram ganhas em Bissau. Este partido foi o que mais capitalizou a guerra civil. A maioria dos militares, assim como oficiais de alta patente do comando da Junta Militar, que aderiu ao conflito armado contra o governo Nino Vieira era da etnia balanta. Subse-

quentemente, com o fim do conflito, na convocação das eleições gerais, os militares da Junta que apearam o presidente do poder não participaram como candidatos e o PRS saiu beneficiado no pleito, tanto na legislativa quanto na presidencial. Os oficiais balantas não só apoiaram o partido e os candidatos que mais se identificavam com a etnia, como também alguns fizeram campanhas ostensivas em favor do partido e do seu candidato à presidência (veja *JN*. Editorial. Online. 9/12/99. PAIGC: denúncia militar).

O PRS caminha perigosamente na trilha de vinculação estreita da sua identidade com a etnia balanta – que sozinha não ganha eleição presidencial e nem maioria no parlamento – o que pode afastar da sua base social os assalariados empobrecidos dos centros urbanos e os camponeses que emigraram para cidade em busca de melhor oportunidade, que viam esse partido, sobretudo o seu principal tribuno, como defensor dos assalariados e da população pobre urbana, marginalizada e excluída pela administração anterior.

A base social de RGB/mov. Bafatá vem se ampliando e se diversificando, contudo continua revelando grande deficiência de penetração na área rural e dificuldade para atrair simpatizantes e eleitores nas regiões do sul (Tombali e Quinara) e na região Oio, de predominância balanta. Na legislativa de 1994, o partido havia eleito 18 deputados: destes, seis eram de Bissau e os demais de regiões do leste (Bafata e Gabú). Na legislativa de 1999, o partido ampliou a sua representação no parlamento para 28 deputados; destes, 11 foram eleitos na capital e nove no leste do país; em contrapartida, não elegeu nenhum deputado no sul (Tombali e Quinara) e elegeu só um deputado, no segundo maior colégio eleitoral do país (região Oio, 16 cadeiras em disputa).

A construção de vínculos sociais mais estreitos com determinada base social, por parte desse partido, pode ao longo curso limitar a capacidade de penetração e de adesão dos demais segmentos sociais. Este partido, como os dados eleitorais revelam, se identifica mais com as camadas sociais urbanas, principalmente aqueles setores sociais que ainda espelham os seus modos de vida na ex-metrópole e alguns ex-servidores coloniais. O bom desempenho do partido no Leste tem, em parte, a ver com a aproximação deste partido com as estruturas tradicionais dos pheul e malinkés, que são etnias predominantes e muitos influentes no Leste (todos muçulmanos). Essas etnias ainda cultivam o resquício da época colonial (sobretudo administração de Spínola), em que haviam sido beneficiados com recursos públicos e contemplados com tratamen-

tos especiais, e, também, porque o partido surgiu no cenário político nacional como movimento Bafatá, o que pode insinuar uma certa afinidade do partido com a resistência inicial do povo dessa região, que havia dificultado muita a sua aproximação com o PAIGC, sobretudo quando este partido ensaiava implementar uma administração do poder popular, de cunho marxista, nos primeiros anos da independência e se recusava sistematicamente a conceder um tratamento especial às antigas estruturas do poder tradicional; mais grave ainda, o partido estimulava a criação de comitê de aldeias, com poder que ameaçava e colocava em descrédito as antigas estruturas do poder, parcialmente conservadas inclusive pelo governo colonial, desde que não atentasse contra esse. O RGB não continuou com a designação “Movimento Bafatá”, porque a legislação eleitoral proibiu qualquer designação de partido que fizesse referência a nome de cidade, região, etnia ou religião.

Essa aproximação estreita do partido com esses segmentos sociais poderá vir a afetar o seu desempenho nas áreas rurais e limitar a sua capacidade de penetração nessas áreas e, por extensão, inviabilizar ou obstar a realização do projeto de qualquer partido que participa no pleito eleitoral, que é obter a maioria parlamentar e formar ou ser a base do governo.

## COMPOSIÇÃO ÉTNICA OU REGIONAL DO PARLAMENTO

É possível considerar, com uma razoável dose de acerto, que 24 deputados do parlamento da Guiné-Bissau sejam de origem luso-africana, e 76 sejam provavelmente descendentes de etnorurais, sendo que, dos 24 luso-africanos, 14 são filiados ao PAIGC – partido do poder, o que vem corroborar a nossa observação sobre os “novos ricos” –; e dez aos partidos da oposição.

Podemos distribuir por partido os 76 deputados etnorurais eleitos em 1994 desta forma:

1º. A etnia balanta está representada na Assembléia Nacional Popular (ANP) por 14 deputados, sendo que quatro estão no PAIGC e dez na oposição. Isso deixa claro, mais uma vez, que os balantas, etnia que tradicionalmente milita no PAIGC, atualmente estão migrando para a oposição.

2º. Os fulas sempre relutaram em aderir ao PAIGC. A aproximação vem crescendo nos últimos anos em função da liberalização econômica e política,

pois, como etnia islamizada, se opunha a certos princípios marxistas que o partido inicialmente defendia, e, também, por ser um povo vocacionado para negócios, não apoiava as tentativas do governo de impor à atividade econômica períodos de restrição ou dificuldade. E mais ainda, é um povo orgulhoso da sua história pretérita, marcada por momentos gloriosos em que dominavam e exerciam poder político e econômico na vasta região do golfo da Guiné.

3°. Mandingas – esta representação inclui Beafadas – faz-se representar por 24 deputados; sendo 21 no PAIGC e três na ‘oposição. É um povo islamizado, que não nutria simpatia pelo PAIGC, porque a sua religião e a sua estrutura organizacional conflitava com vários princípios doutrinários do partido. Só recentemente, com a adoção de economias de mercado e de distensão política – especialmente da reabilitação das estruturas do poder tradicional pelo governo e estabelecimento de uma relação profícua e estratégica entre as duas estruturas do poder, insuflaram ou proporcionaram maior adesão dessa comunidade ao partido do poder.

4°. Os manjacos têm oito deputados na ANP: quatro na situação e quatro na oposição. A maior parte desse povo reside na região de Cacheu e representa 65% da população local.

5°. Os pepéis habitam majoritariamente a região de Biombo, 70% da população local e da capital do país. Sete deputados são dessa comunidade étnica. Tanto manjacos quanto pepéis estão pouco representados no PAIGC. Embora o presidente, herói da guerra da libertação, seja da etnia pepel, nunca houve grande aproximação entre esse povo e a estrutura de poder do partido. Só recentemente, certamente por causa da eleição, esta comunidade começou a se identificar mais com o partido do governo.

6°. Os mancanhês também se pautam por pouca representatividade no partido do poder. Estão concentrados majoritariamente, juntamente com os manjacos, na região Cacheu. Têm seis deputados na ANP, sendo que três na situação e três na oposição.

A análise acima feita se refere somente ao pleito eleitoral de 1994 e seu resultado; passemos agora à análise da eleição legislativa de 1999.

Tentar apreender a composição do parlamento através da votação dos partidos nos principais colégios eleitorais e a respectiva concentração da etnia majoritária do referido colégio eleitoral, a partir da leitura do mapa eleitoral de legislativa de 1999, permitiu-nos traçar o seguinte cenário:

1. A macrorregião Sul, que congrega as regiões de Tombali, de maioria balanta, e Quinara habitado por balantas e biafadas em proporção igual; Bolama-ilhas de Bijagós, de maioria bijagó; juntos, elegem 16 deputados. Nessa macrorregião, o PRS saiu vitorioso, conquistando nove cadeiras e o PAIGC, seis cadeiras. O terceiro maior partido, RGB, não elegeu nenhum deputado nas duas principais regiões do Sul.
2. A macrorregião Norte, engloba o segundo maior colégio eleitoral do país, depois de Bissau – a região de Oio, de maioria balanta –, além da região de Cacheu, de maioria manjaca e mancanha em menor número. No Norte também fica localizada a região de Biombo, de maioria pepel. Juntos elegem 36 deputados, cabendo seis deputados ao PAIGC, 19 ao PRS e quatro ao RGB. Só na região de Oio, o PRS conseguiu, sozinho, eleger 11 deputados, em 16 possíveis, o que inquestionavelmente mostra a alta densidade eleitoral ou identificação entre a etnia balanta e o partido, e de liderança predominantemente balanta.
3. A macrorregião Leste, que concentra a maioria da população islamizada – etnias pheul e malinkés, principalmente –, onde se localizam as regiões de Bafatá e Gabú, compõe um círculo eleitoral de 28 deputados. No leste, o PAIGC e o RGB elegeram nove deputados cada. O PRS só elegeu três, um desempenho pífio comparando-se com a votação conquistada nas outras regiões, o que pode revelar, ou que os muçulmanos têm pouca confiança no partido, ou recusam-se a reconhecer a liderança deste por motivos históricos, o que foi objeto de um estudo sobre a formação histórica da Guiné-Bissau. Nesse estudo se observava que os malinkés, sobretudo os kabunkés, invocando o mito de origem do rei fundador do reino (descendente direto de sundjata e fulas), o mito dos eleitos, para divulgar e impor o islamismo, não podem reconhecer a ascendência do povo não islamizado outrora submetido aos seus poderes, ainda que a eleição esteja ocorrendo num outro contexto. Ainda hoje essa resistência latente existe e só se relativiza em troca de concessões e favorecimento político e/ou econômico, como por exemplo, o governo custear peregrinação a Meca, na Arábia Saudita.
4. Bissau é uma outra realidade; *locus* dos luso-africanos. O único partido que tem grande audiência junto aos luso-africanos, classe média urbana e entre alguns médios e grandes empresários é o RGB, cujos líderes são levados a falar ou usar a língua nacional (kriol) nos comícios e nos contatos políticos, na tentativa de arregimentar simpatizantes e eleitores. Antes, esses líderes só se comunicavam com seus interlocutores na língua oficial (português); aquilo que foi classificado por colonizadores britânicos como “má imitação”. O esforço de falar a língua da ex-metrópole com pronúncia (entonação) da metrópole. Essa áurea metropolitana no trópico tem fascinado os luso-africanos e uma boa parte dos saudosistas da

época colonial. É tamanha a aceitação desse partido na capital do país, que este obteve, sozinho, 11 representantes no parlamento em 20 possíveis. Em um pleito em que concorreram mais de dez partidos, o PRS conquistou sete representações e o ex-maior partido do país, PAIGC, que havia eleito em 1994, 11 deputados, perdeu nove e só conseguiu assegurar duas representações.

## CONCLUSÃO

Em breve nota, tentamos chamar atenção para os vários conflitos de alta ou baixa tensão no interior do partido único ou governo na Guiné-Bissau,, desde a independência. No início, a disputa pelo poder entre os luso-africanos e os etnorurais não se revelava tão expressiva quanto a principal pugna dos dirigentes do partido (PAIGC), de origem cabo-verdiana, com os naturais da Guiné-Bissau, já que a luta encabeçada pelo partido era para a independência dos dois países, que almejavam formar uma confederação. O golpe de Estado de 1980 era a expressão da disputa interna do partido para a conquista de hegemonia entre os dois blocos intrapartido. No governo do general Nino Vieira, quando tudo indicava que os etnorurais assumiriam o protagonismo no governo e no poder, mais uma vez foram preteridos.

No pluripartidarismo, os jovens ingressantes, recém-formados no exterior na política partidária, paradoxalmente, para supressa geral, começaram a apelar por suas origens étnicas na campanha eleitoral, revitalizando a hostilidade étnica que havia sido domesticada no período do unipartidarismo (por coerção ou política de unidade nacional). Eis aí uma leitura plausível da instabilidade política desse país, sem desconsiderar outros fatores que não podemos analisar neste texto. Mas, como observa Weber, ninguém ingressa na política sem interesse: a diferença é que uns vivem da política e outros vivem para a política. Os primeiros tudo fazem para chegar ao poder, e os segundos tudo fazem para influenciar o poder. O poder possibilita além do exercício do mandato, o eleito tem também o poder de distribuir empregos públicos. Num país onde o principal meio de obtenção de recurso é a esfera pública, já que o mercado privado é pobre e só sobrevive articulando o seu interesse ao Estado, a luta pelo poder assume proporção que vai além de simples disputa pela alternância no poder.

**Abstract:** In this communication we will try to show as the complexity of the ethnic composition and the lack of a due attention to this complexity became the central causes of the difficulty of the process of the construction of the nation and of the frequent political instability of Guinea-Bissau. This phenomenon persists and permeates the colonial (up to 1974) and post-colonial periods, period of the single-party (PAIGC – African Party for Independence of Guinea and Cape Verde [1974 1994]) and still in the period of the multi-partidarism. After the multi-party elections in the European East and of the wind of the changes have reached the African continent, the party in the power approved a new diploma legislative that instituted the multi-partidarism in the country since 1991 and marked the first multi-party general elections for 1994. The relationship among the Portuguese-African elite (Creole) and the ethnic-rural (rural ethnics) has been complex and of difficult apprehension. We will center our attention in the analysis and description of the main political tensions appeared between the Portuguese-African elites and the rural ethnic leaderships, here understood as facing of the Creole elite, urbanized and learned, with the spiritual and political leadership traditional of the ethnics that still live in the tabancas (villages).

**Keywords:** dispute of power, conflict, political tension, rural ethnic, Creole elite (Portuguese-Africans), single-party, Guinea-Bissau.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Armando de. *Guiné: minha terra*. Lisboa: Ed. Agência Geral do Ultramar, 1964.

ALBERTONI, Ettore A. *Doutrina da classe política e teoria das elites*. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

ARMOSTRONG, Robert. G. *La asamblea publica como medio de participación en las actividades políticas e sociales en África*. Barcelona: Sebral/UNESCO, 1982.

BOBBIO, N. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

BOBBIO, N. *Estado, governo e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOBBIO, N. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

BOBBIO, N. *O futuro da democracia*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

BOBBIO, N. *Igualdade e liberdade*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.

BOTTOMORE, T.B. *As classes nas sociedades modernas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, s.d.

BRASIL, Olavo (Olavo Brasil de Lima Jr.). *Instituições políticas democráticas: o segredo da legitimidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BROOKS, George E. Notas genealógicas de proeminentes famílias luso-africanas no séc. XIX na Guiné-Bissau. *Soronda*, Bissau: INEP, n. 9/01/90.

- BROOKS, George E. Centro e interesses imperialistas. *Soronda*, Bissau: INEP, n. 11.
- CABRAL, Amílcar. *A arma da teoria*. Lisboa: Editora Seara Nova, 1976. V. I e II
- CHABAL, P. Socialismo na Guiné-Bissau: problemas e contradições no PAIGC desde a independência. *Estudos Africanos*, Lisboa, n. 1, 1984.
- CASTRO, M. H. G. e FARIA, Vilmar E. política social e consolidação democrática no Brasil. *O Estado e as políticas públicas na transição democrática*. São Paulo: Vértice, 1989.
- DAHRENDORF, Ralf. *Liberalismo e a Europa*. (Entrevista e Vincenzo Ferrari). Tradução de Beatriz Sardeng. Brasília: UNB, 1981.
- DAVIDSON, Basil. *Revelando a velha África*. 2ª edição Lisboa: Cadernos de Hoje, 1977.
- DIAGNE, Pathé. El poder en África. In: *El concepto del poder en África*. Barcelona: Sebral/UNESCO, 1982.
- DOWBOR, L. *Introdução à geografia econômica da Guiné-Bissau*. Bissau: Ed. Ministério do Plano, 1980.
- FERNANDES, Florestan. Prefácio ao *Diário da Libertação*. São Paulo: Versus, 1977. (Coleção Testemunha, n. 2).
- GALLI, Rosemary. Estado e sociedade na Guiné-Bissau. *Soronda*, Bissau: INEP, n. 8, 1989.
- HAGAN, George. El concepto del poder en la cultura Akan. In: *el concepto del poder en África*. Barcelona: Sebral/UNESCO, 1982.
- HAMPATÉ BÁ, A. A tradição viva. In: *História geral da África*. São Paulo: Ática/UNESCO, 1980/82.
- HAVIK, Philip. J. Pesquisa sobre a transformação rural na Guiné-Bissau. *Soronda*, Bissau: INEP, n. 10, 1990.
- HUNTINGTON, S. *A ordem política na sociedade em mudança*. São Paulo: Forense, 1975.
- JAUARÁ, M. *O processo da construção da nação em África: caso Guiné-Bissau*. Belo Horizonte: UFMG, 1991.
- MUNANGA, Kabengele. O universo cultural africano. *Fundação João Pinheiro*, Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 14(7-10): 64-78, 1984.
- MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. São Paulo: Ática, 1986.
- KI – ZERBO. *A história da África negra*. vol. II. São Paulo: Difel, 1985.
- KONATÉ, Oumar. *La noción de poder e a África tradicional y en el área cultural Manding en particular*. Barcelona: Sebral/UNESCO.
- LEITE, Fábio. Os eternos valores culturais da África. In: *Salve 13 de maio?* São Paulo: Ed. Secretaria de Estado da Educação, 1988.

LEITE, Fábio. *Questão ancestral*: notas sobre ancestrais e instituições ancestrais em sociedades africanas: ioruba, agni e senufo. São Paulo: FFLCH-USP, 1992. (Tese Doutorado, mimeo).

LEITE, Fábio. Valores civilizatórios em sociedades negro-africanas. *África*. Revista do Centro de Estudos Africanos USP, São Paulo: CEA/USP, 18-19: 103-118, 1995/96.

LEPRI, Jean. O insucesso escolar na Guiné-Bissau. *Soronda*, Bissau: INEP, 1986.

LOPES, Carlos. Resistências africanas ao controle do território. *Soronda*. INEP. Bissau, n. 7, 1989.

LOPES, Carlos. Relações do poder numa sociedade malinké: O Kaabú do séc. XVIII. *Soronda*. Bissau: INEP, n. 10, 1990

LOPES, Carlos. *As reformas do estado e a questão nacional*. São Paulo: Fundap, 1991.

MANÉ, Mamadú. O Kaabú: uma das grandes entidades do patrimônio histórico Senegambiano. *Soronda*, Bissau: INEP, n. 7, 1989.

MAX Gluckman. *Rituais de rebelião no sudeste da África*. Textos de Aula. Antropologia IV. s/d.

MOREIRA, Adriano. As elites das províncias portuguesas de indigenato (Guiné; Angola e Moçambique). *Ensaio*, Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, n. 34, 1963.

MOURÃO, F. A. Albuquerque. O continente africano: utopia e realidade ao nível dos modelos de explicação – Uma questão de método. *África*. Revista do Centro de Estudos Africanos USP, São Paulo: CEA-USP, 16-17: 3-22, 1994.

NIANE, Djibril T. *Sundjata ou A epopéia mandinga*. São Paulo: Ática, 1982.

OLIVEIROS, S. Ferreira. Estado e poder. In: *As transformações do estado no fim do século*. *Estudos Avançados*, São Paulo: IEA-USP. Coleção Documentos. Série: Teoria Política, 1992.

PINTO, Regina P. Movimento negro e etnicidade. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro: CEEA/UCAM, n. 19, 1990.

QUIRINO, Célia N.G. Estado moderno e cidadania ou ainda a questão da liberdade e da igualdade. In: *As transformações do estado no fim do século*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados/USP, 1992. (Coleção Documentos. Série Teoria Política n. 1)

REIS, Elisa P. Política e políticos públicos: Na transição democrática. In: MOURA, Alexandria S. de (org.). *Estado e as políticas públicas na transição democrática*. São Paulo: Vértice, 1989.

SERRANO, Carlos M. M. *Angola: nasce uma nação*. São Paulo. USP, 1988. (Tese Doutorado, mimeo).

SILVA, Alberto da L. O Brasil, a África e o Atlântico no séc. XIX. *Cadernos de Estudos Avançados*, São Paulo: IEA-USP, n. 21, 1994.

SIGAUD, Lígia. A presença política dos camponeses: uma questão de reconhecimento. In: CAMARGO, Aspásio e DINIZ, Eli (org.). *Continuidade e mudança no Brasil da Nova República*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Vértice, 1989.

SOLA, Lourdes. Choque heterodoxo e a transição democrática sem rupturas: Uma abordagem transdisciplinar. In: *O estado da transição: política e econômica na Nova República*. São Paulo: Vértice, 1988.

SYLLA; Lanciné. *Réflexions sur la typologie classique des systèmes politiques africains*. Université Nationale de Côte d'Ivoire. Abidjan, Série D. (Lettres). Tome 10, 1977.

ZOCTIZAUM, Yarise. O estado e a reprodução étnica em África. *Soronda*, Bissau: INEP, n. 6, 1988.

WEFFORT, Francisco. *Qual democracia?* São Paulo: Companhia das Letras, 1992.